
A construção imagética do ativista político virtual, entre jovens universitários da zona leste do município de São Paulo, assinantes de petições do portal Avaaz¹

Wesley Santana SANTOS²
Regina Tavares de Menezes SANTOS³
Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, SP

Resumo

O presente artigo é resultado de um projeto que teve como finalidade compreender a participação de jovens universitários da zona leste do município de São Paulo em causas ditas “sociais”, através de análise empenhada no ambiente virtual Avaaz. Para isso, também foi realizada uma comparação para entender a percepção da participação dos referidos sujeitos de pesquisa no âmbito presencial, no que diz respeito ao ativismo político. O objetivo geral deste estudo foi conhecer as circunstâncias que se imprimem para construir uma imagem politizada do jovem universitário e morador do município da zona leste – atuante no portal Avaaz – na rede social Facebook. Convém ressaltar que tal pesquisa qualitativa usou o método bibliográfico e exploratório, em suma, ao longo deste estudo, além da aplicação de um questionário via plataforma do Google.

Palavras-chave: jovens no Facebook; ativismo político; reputação; Avaaz; cibercultura

1. Introdução

Quando se trata de compartilhamento de opiniões, a Internet ganha em larga diferença em relação às outras mídias, segundo determinados teóricos da atualidade. Para Recuero (2009), por exemplo, a Internet é um espaço de interação, lugar de fala, construído pelos atores de forma a expressar elementos de sua personalidade ou individualidade. Isso nos leva a crer que a Internet é um dos lugares no qual as pessoas se sentem à vontade para fazer suas afirmações pessoais, perpassando aí, pela construção da imagem que fazem de si próprias.

Devido aos últimos acontecimentos políticos no Brasil e no mundo, as redes sociais conquistaram pessoas que se auto julgam ativistas e/ou politizadas. Cada usuário, segundo o seu ponto de vista, expõe em redes sociais, como o Facebook, as suas ideias sobre as mais variadas situações que ocorrem na sociedade.

¹ Trabalho apresentado na IJ 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de junho de 2019.

² Estudante do 7º semestre do curso de Jornalismo da Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, SP

³ Orientadora do trabalho. Professora e Coordenadora do curso de Jornalismo da UNICSUL.

Neste contexto, algo interessante surge: o ativismo político virtual; uma maneira de se envolver em temas de interesse público, com apenas um clique do computador. Um objeto de grande notoriedade nesse sentido é o Portal de petições online Avaaz. Este aborda assuntos de interesse nacional e mundial e procura trazer questões que sensibilizam o público em diferentes aspectos.

Esta autonomia das pessoas em poder opinar e, de certa forma, lutar por ideais que julgam adequados tornou-se expressiva nas redes sociais contemporâneas; conduzindo a uma sensação de maior mobilização social. Por outro lado, todo esse aparato tecnológico provoca uma “disputa” entre os internautas, pois a ação de um depende da reação do outro, e há orientação com relação às expectativas. Aliado a isso, ainda há a instigação das redes sociais para que o usuário seja visível no meio em que frequenta.

2. Aspectos históricos

2.1 A internet e os rumos da interatividade

Segundo Costella (2002, p. 231), a internet começou a nascer no final da década de 1950 a partir de projetos desenvolvidos por agências do Departamento de Defesa Americano, preocupadas em manter a viabilidade das telecomunicações em caso de uma guerra nuclear. Tinha-se a ideia de interligar exércitos por meio dos computadores que, nessa época, já existiam. Já no início da década de 1970, a internet foi se encorpendo, sendo marcada, por exemplo, com a chegada aos laboratórios de pesquisa científica. Nessa época está datado o primeiro e-mail da história mundial.

De lá para cá muita coisa mudou. A internet se desenvolveu. Hoje, recebemos diversos tipos de informações virtualmente; podemos ler, copiar textos, ouvir músicas, assistir a filmes, transferir arquivos, fazer compras, praticar jogos, trocar correspondências instantaneamente e, ainda, mais do que nunca, se comunicar com pessoas ao redor do mundo. (COSTELLA, 2002)

Em 2004, o mundo teve acesso a uma internet muito mais avançada: a Web 2.0. Essa reinvenção da internet fez o mundo enxergá-la com olhos mais atentos, como explica Primo (2007, p.1):

A Web 2.0 é a segunda geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo. A Web 2.0 refere-se não apenas a uma combinação de técnicas informáticas, mas também a um determinado

período tecnológico, a um conjunto de novas estratégias mercadológicas e a processos de comunicação mediados pelo computador.

Acedo (2012, p.148) afirma que “a característica principal da nova mídia facilitadora da cultura da participação é a interatividade, que é um dos elementos comunicativos por excelência do ciberespaço”. E é nesse contexto que as redes sociais ganham notoriedade. Aparici (2012, p. 17) afirma que:

A expressão “redes sociais” é utilizada no campo das humanidades, desde a metade do século XX, para referir-se a normas, estruturas e dinâmicas de interação social. No entanto, atualmente, a expressão “redes sociais” costuma ser utilizada para se referir às plataformas on-line, como Facebook.

Mas as redes sociais não eram como conhecemos hoje. Com a transformação no comportamento dos indivíduos que usam a internet, foram surgindo várias plataformas de interação dos usuários com a máquina e, também, para incentivar a interação entre pessoas conhecidas no mundo real, só que, nesse caso, uma interação virtual.

Fundado em fevereiro de 2004, o Facebook afirma que a sua missão na internet é “dar às pessoas o poder de construir comunidades e aproximar o mundo”. A rede afirma que, em 2015, chegou ao número de 1 bilhão de cadastrados.

No mundo virtual, as pessoas interagem com mais facilidade umas com as outras, e criam inter-relações, como explica Aparici (2012, p. 35):

Nas redes se movem os interagentes, estabelecendo vínculos de diferente natureza: reforçam os paradigmas oferecidos no mundo real, propõem alternativas a diferentes questões, proporcionam contrainformação, produzem até o infinito o que já foi “dito”, conhecem novas pessoas, organizam reuniões e “falam, falam e falam” com outros interagentes.

Com o processo de aproximação entre os membros das comunidades virtuais, foi se entendendo que outras informações poderiam ser aproveitadas nestas conexões. Falamos, então, dos chamados “espaços colaborativos”. As comunidades virtuais estabelecem um novo tipo de interação na qual o sujeito interage em colaboração com as tecnologias e as interfaces, uma vez que, nesses novos espaços, o território deixa de ser uma realidade geográfica delimitada para se redefinir como potência e estrutura informativa ilimitada. A interação colaborativa tem dois níveis diferentes: a interação dinâmica e fluída dos processos informativos, resultado da interatividade entre os

sujeitos, e a interação das ações de decisão, as que surgem como prática colaborativa de soluções de problemáticas. (FELICE, 2008, p. 52).

2.2 A política brasileira contemporânea

Durante o conhecido “Anos de Chumbo”, a ditadura militar cada vez mais fechou o cerco democrático no Brasil. Isso durou cerca de 20 anos, mas nesse meio tempo surgiram diversos movimentos populares que lutaram contra o regime. Um exemplo claro foi a campanha “Diretas Já”. Delgado (2007, p. 43) deixa isso claro quando comenta que:

a campanha pelas Diretas Já foi o maior movimento cívico-popular da história republicana do Brasil. O fervilhar das ruas traduziu uma forte simbiose entre bandeira política democrática e aspiração coletiva, que transformou o ano de 1984 em um marco da única campanha popular brasileira que, segundo Ronaldo Costa Couto, nasceu no Parlamento. Campanha ampliada pela ação de partidos políticos e de diferentes segmentos e organizações da sociedade civil.

Outro exemplo de clara mobilização e participação popular na política é o movimento “caras pintadas”, formado por jovens estudantes da classe média que desenhavam seus rostos e se pintavam de verde e amarelo representando a bandeira nacional. Faziam isso como forma de patriotismo e expressão lutando contra a corrupção do governo Collor, já em um período democrático.

Com a experiência que os brasileiros já tinham, devido a campanha das “Diretas Já”, não foi difícil a união pelo impeachment de Collor. Dá, inclusive, para ligar as duas situações políticas e ver que ambas mobilizações mostraram o quanto o brasileiro estava sedento por participar dos processos e das resoluções políticas do país. (CARVALHO, 2016, p. 60)

As manifestações populares e políticas tomaram uma proporção tão grande que Collor se viu obrigado a renunciar o cargo, visto que, devido às investigações, logo o Parlamento votaria pelo seu impeachment. E foi o que aconteceu. A Câmara dos Deputados, em dezembro de 1992, mesmo depois da renúncia, afastou o então presidente de suas funções, além de lhe tirar os direitos políticos por oito anos. Esse processo marcou o Brasil e a América Latina, pois foi o primeiro impedimento presidencial na região.

Com isso, o vice-presidente eleito, Itamar Franco, ocupou a cadeira do presidente. Depois de tomar posição e mudar algumas questões no governo, Itamar teve que controlar a inflação, que estava altíssima. Junto à sua equipe econômica, lançou o Plano Real, um pacote econômico que incluía uma nova moeda. A princípio, por causa de planos

econômicos anteriores, a população não acreditava muito na nova moeda. Mas, com o passar do tempo, a estabilidade de preços deu credibilidade a essa nova forma econômica, ainda mais porque o controle da inflação ultrapassou o esperado. (FISHLOW, 2011, p. 66).

Para Fernando Henrique, que fazia parte da equipe econômica, isso foi ótimo, pois no ano seguinte, 1994, ele seria candidato à presidência. Fernando venceu a disputa que contou com, entre outros, Luiz Inácio Lula da Silva, que já havia se candidato anteriormente.

O cientista social, em seu governo, tinha como principal objetivo fazer a manutenção do Plano Real e, assim, deixar os índices inflacionários baixos. Além disso, como afirma Fishlow (2011, p. 51), “seu foco era no futuro e as cinco metas de sua campanha -emprego, saúde, educação, segurança e renovação da agricultura”.

Fernando Henrique, que também já havia sido professor universitário, ao término de seu mandato, foi reeleito. É importante observar que, segundo a legislação vigente, não havia reeleição para presidentes. Porém, antes das eleições, o Senado aprovou uma Emenda Constitucional adotando a possibilidade de reeleição do chefe do Executivo uma vez. E assim aconteceu, mesmo com resistência da oposição.

Na próxima eleição, em 2002, pela quarta vez Lula disputaria. Nessa, o militante de esquerda venceu. Seu discurso falava que a pobreza era grande e mostrava as desigualdades existentes no país. O resultado foi a vitória contra o candidato tucano José Serra. Como afirma Lopez e Mota (2008, p. 945), “Lula era o primeiro representante do mundo operário a subir a rampa do Palácio do Planalto”. Lula era do PT, o primeiro partido criado a partir de movimentos sindicais. Apesar de ser da oposição de FHC, o presidente manteve alguns dos projetos em execução e conseguiu continuar tendo o controle da inflação, um dos maiores desafios dos presidentes brasileiros.

O Governo foi marcado pela ascensão das classes sociais e investimentos na política cultural. Além disso, o governo implementou diversos programas de assistência social. O governo, em 2005, registrou um recorde na arrecadação de tributos pela Receita Federal. Com isso, a taxa de juros básico caiu, a taxa do dólar também caiu e chegou à R\$ 2,37. Ou seja, o governo estava positivo. Porém, como diz Lopez e Mota (2008, p. 949), logo em seguida aconteceu o inesperado:

Uma série de denúncias abala o governo Lula, obrigando [inclusive] o todo poderoso ministro chefe da Casa Civil José Dirceu, braço direito

do presidente, ex líder estudantil de 1968 e mito da nova esquerda, a demitir-se em junho. A crise aprofunda-se com inúmeras denúncias de corrupção (Mensalão, Sanguessugas, etc.).

As denúncias, talvez não tenham atingido pessoalmente a figura de Lula, visto que em 2007 o presidente foi reeleito. Entende-se que as denúncias de corrupção atingiram o partido de Lula, o PT, como um todo, mas não mancharam sua imagem. Chama-se de “lulismo” essa situação, pois o fez terminar a primeira administração com a mais alta popularidade até hoje e, assim, reeleito. (TERRON; SOARES, 2010, p. 24)

Apesar de não poder se reeleger novamente, Lula conseguiu “treinar” uma aliada para o seu cargo. Dilma Rousseff, com 62 anos, marcou a sua chegada à presidência, pois quebrou alguns paradigmas. Por exemplo, foi a primeira mulher, ou “presidenta” como ela afirmava, a presidir o Brasil. Além disso, a primeira ex-guerrilheira, por ter lutado contra o poder militar em décadas anteriores. Seu governo, como o anterior, continuava com a meta de diminuir cada vez mais a desigualdade social e manter a estabilidade econômica da época. É importante observar que no contexto mundial de sua eleição, o mundo acabava de sair da crise de 2008. Por isso, havia muitos esforços para que a crise não atingisse o povo brasileiro.

A presidente, por ser a primeira mulher, foi convidada para diversos encontros internacionais, inclusive também foi a primeira mulher a fazer o discurso de abertura de uma assembleia geral da ONU, em 2011. Com isso, o primeiro mandato de Dilma foi avaliado positivamente por especialistas e por grande parte da população, haja vista que, conforme matéria publicada pela BBC News⁴, 59% dos brasileiros aprovaram o governo, um recorde histórico.

Apesar dos aspectos positivos, o primeiro mandato também foi marcado por diversos casos de corrupção, que fez com que vários ministros fossem retirados de seus cargos. Somado a isso, deputados, principalmente da base aliada, diziam que Dilma não era tão aberta ao diálogo como o antecessor. O Jornal O Globo apurou e confirmou isso em uma reportagem com título de: “No primeiro mandato, Dilma recebeu somente 15 dos 594 parlamentares”⁵. A reportagem ainda comentava que, em 2012, ano após a eleição, a presidente não havia feito reunião com nenhum líder de partidos aliados.

⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_cronologia_governo_dilma_if> Acesso em: 01 abr. 2018

⁵ Disponível em: <[https://oglobo.globo.com/brasil/no-primeiro-mandato-dilma-recebeu-somente-15-dos-594parlamentares-14512018](https://oglobo.globo.com/brasil/no-primeiro-mandato-dilma-recebeu-somente-15-dos-594-parlamentares-14512018)> Acesso em: 01 abr. 2018

Um divisor de águas do governo Dilma, e que vai ser tratado com bastante detalhes aqui, foi o movimento popular de 2013. Manifestações por todo o Brasil se iniciaram de uma forma que nem os cientistas políticos puderam prever. Conforme acontece no início de cada ano, os prefeitos anunciam o aumento de tarifa dos transportes públicos. Na cidade de São Paulo, o prefeito Fernando Haddad, também petista, anunciou o aumento das passagens de ônibus da capital, de R\$ 3 para R\$ 3,20, a mais cara do país à época. O Governo do Estado, gerido por Geraldo Alckmin, do PSDB, também anunciou o aumento das passagens no transporte metropolitano. Isso motivou uma série de protestos na cidade. O excêntrico é que essas manifestações se arrastaram pelo Brasil com uma rapidez jamais vista na história do país.

O Movimento Passe Livre foi um dos precursores nas manifestações de junho de 2013. Em seu site, o grupo se autointitula “social autônomo, apartidário, horizontal, independente e que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada”. A organização afirma estar presente em mais de 100 cidades brasileiras. Talvez por isso a propagação rápida dos protestos.

Efetivamente, em São Paulo, os atos começaram na quinta-feira, 06 de junho de 2013. Nesse primeiro momento, houve muito vandalismo e, só por isso, os jornais deram destaque. Nesta manifestação, segundo notícia do Portal G1, cerca de mil pessoas estavam presentes⁶.

Com o passar dos dias, as manifestações foram ganhando corpo e se arrastando por São Paulo e pelo Brasil. Devido a isso, muitos prefeitos resolveram não fazer a alteração nas tarifas. Algumas prefeituras, inclusive, já estavam praticando o novo valor e voltaram atrás.

O ato de 13 de junho de 2013, por vezes tratado como o mais violento, reuniu centenas de milhares de pessoas em ruas do Brasil. Em São Paulo, cerca de 230 manifestantes foram presos pela Polícia Militar e muitos jornalistas foram agredidos pelos policiais, segundo notícia do Portal iG⁷. Esse dia, inclusive, deu origem ao documentário produzido pela TV Folha “Junho - O mês que abalou o Brasil”. Na capital paulista, uma

⁶ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/manifestantes-depredam-estacao-de-metro-banca-e-shopping-na-paulista.html>> Acesso em: 01 jun. 2018

⁷ Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-06-13/quarto-grande-protesto-contr-aumento-da-passagem-em-sao-paulo.html>> Acesso em: 01 jun. 2018

paradeata começou em frente ao Theatro Municipal, centro da metrópole, e tinha como destino a Avenida Paulista.

Nesse contexto social, a internet tem grande participação. Os atos foram organizados pelas redes sociais, Twitter e Facebook, onde as pessoas confirmavam sua presença e compartilhavam os eventos criados estimulando seus amigos virtuais à aderirem aos protestos. Conforme Santos e Santos (2013), desde então, as redes sociais servem

como meio de diversão e entretenimento, como canais de informação, como ferramentas de pesquisa científica e, também, como forma de organização da sociedade civil para organizarem manifestações e protestos, como ocorreu no Brasil no período citado. Assim, a presença das redes sociais digitais sinaliza um novo contexto desse meio técnico, pois essas ferramentas podem funcionar como estratégia de comunicação compartilhada e colaborativa, fazendo surgirem ações e relações de poder diversas no território.

O prefeito e governador de São Paulo, que estavam em viagem à Paris e irredutíveis sobre o assunto até então, se sentiram obrigados a revogar o aumento das tarifas e, de lá, no dia 19, fizeram um pronunciamento voltando atrás. O MPL, claro, festejou pelo acontecido. Segundo a organização:

Tomando as ruas, as Jornadas de Junho de 2013 rasgaram toda e qualquer perspectiva técnica acerca das tarifas e da gestão dos transportes que procurasse restringir seu entendimento aos especialistas e sua racionalidade, a serviço dos de cima. Ao reverter o aumento das passagens em mais de cem cidades do país, as pessoas deslocaram momentaneamente -e com impactos duradouros- o controle político da gestão do transporte. Forjou-se, no calor das barricadas, uma experiência de apoderamento que não se resume à ocupação física das cidades, mas estende-se à maneira como se organizam os transportes no país. É essa tomada de poder que assusta o espaço que perderam para os trabalhadores urbanos.

Era de se imaginar que, após a revogação, as multidões se acalmassem e as manifestações acabassem. Mas não foi bem o que aconteceu. Na noite do dia 20, milhões de pessoas voltaram às ruas. A pauta já não era só os 20 centavos. Os brasileiros estavam indo às ruas -principalmente os jovens-, com outras diversas reivindicações. Entre elas, para lutar contra a corrupção. Bucci (2016, p.61) afirma que:

No dia 20 de junho, em manifestações que deveriam ser uma comemoração pela vitória contra o aumento das passagens, deu-se o ápice do que passou então a ser chamado de “jornadas de junho”. O que seria o festejo pela conquista da redução dos preços acabou se convertendo no maior de todos os protestos de junho de 2013. Nada

menos que 1,25 milhão abarrotou logradouros públicos em 388 cidades (300 mil só na capital fluminense; outros 100 mil na capital paulista).

O Brasil conhecia aqui uma nova forma de fazer protestos e de participação cidadã. A internet, desenvolvida e acessível, mostrou a que veio, pois mostrava ali, nas redes sociais, o que o povo queria. Na rede, as mobilizações eram ainda maiores. Logicamente, nem toda a população ia às manifestações presenciais. Entretanto, nas redes sociais, muitos mostraram seu apoio aos que iam às ruas.

Quem quebrou a narrativa, de fato, foram os cidadãos que tiveram com seus celulares, câmeras e tudo mais, distribuindo de maneira independente da qualidade do material e da relevância dele, era o suficiente para que esse material fosse difundido. Naquele instante tudo foi catalisado no país. Inclusive, a importância do Jornalismo cidadão. [Trecho retirado do documentário “Junho – o mês que abalou o Brasil”, produzido pela TV Folha]

Junho passou e os ânimos se acalmaram. Os políticos não imaginavam a existência de algo tão poderoso no fator de criar movimentos. Civis foram às ruas sem que uma instituição centralizasse a organização destes, algo jamais visto no país. A única coisa que conseguiam fazer era procurar, também na internet, uma organização que conspirasse contra eles. Mas não encontraram. Justamente porque o que acontecia era uma comunicação ativa: do povo para o povo. (BUCCI, 2016).

Gohn (2016) destaca que cada mídia, veículo, pesquisador e até os próprios manifestantes, nomeiam as concentrações de junho de uma forma, mas isso não muda o caráter de abrangência encontrado neles:

Jornadas, atos, onda, protesto de massa, mobilizações, revoltas etc. são denominações que [depende] do ponto de vista do autor do texto. Entretanto o termo manifestações ficou como um marco de referência na memória do país. Considero que em Junho de 2013 houve manifestações de protestos. Mas as vejo no contexto de um movimento social-certamente completamente diferente dos movimentos clássicos (operários, sindicais, agrários); ou dos movimentos emancipatórios, de luta por direitos e contra regimes ditatoriais.

3. Avaaz

Segundo Sakamoto (2013, p. 95),

Os políticos tradicionais têm dificuldade em assimilar de que forma os movimentos se utilizam de ferramentas como o Twitter e o Facebook. Acreditam que essas redes funcionam apenas como um espaço para marketing pessoal ou, no máximo, um canal para fluir informação e atingir o eleitor. Há também os que creem que redes sociais funcionam como entidades em si e não como plataformas de construção política,

onde vozes dissonantes ganham escala, pois não são mediadas pelos veículos tradicionais de comunicação - ou seja, onde você encontra o que não é visto em outros lugares, por exemplo.

Essa afirmação nos mostra que a política tradicional brasileira não estava acostumada com os movimentos digitais. E isso é constatado, por exemplo, pelo descrédito que alguns políticos davam aos movimentos sociais que levaram milhões de pessoas às ruas e que, de forma geral, tiveram suas primeiras interações por vias digitais. Evidencia-se, então, o aspecto político que ganhou a internet -mais precisamente as redes sociais- e que oferece, aos usuários, plataformas de atuação nesse sentido.

E esse é um dos modos pelo qual a Avaaz nasceu. Exemplo de plataformas de laços que a evolução da internet criou, a Avaaz é considerada o segundo maior portal de petições do mundo. Criada em 2007, a rede afirma ser independente, sem fins lucrativos e que seu principal objetivo é “mobilizar pessoas de todos os países para construir uma ponte entre o mundo em que vivemos e o mundo que a maioria das pessoas querem”.

Segundo dados da própria instituição, no mundo, há mais de 47 milhões de inscritos, pelos 190 países presentes. No caso do Brasil, o número de inscrições passa dos 11 milhões. Em seu site, são elencadas as mais influentes petições feitas e que tiveram resultados. Entre as dez principais do mundo, está uma brasileira: a revolução contra a corrupção no Brasil. Exemplo disso foi a defesa da Lei Ficha Limpa, um projeto para impedir que políticos condenados pela Justiça concorressem às eleições; a proibição de doações de empresas privadas a campanhas eleitorais; e um fato de qual a organização se orgulha⁸:

[Em 2016], a nossa comunidade respondeu à evolução da crise política enfrentando Eduardo Cunha, garoto-propaganda da corrupção. Informantes e jornalistas nos avisaram que o presidente da Câmara dos Deputados era muito poderoso para ser derrubado, mas não nos deixamos intimidar: mais de 1,3 milhões de membros exigiram uma votação nacional na Comissão de Ética para cassar Cunha. E quando os aliados do presidente se reuniram para bloquear a votação, batemos forte de volta, envergonhando deputados que protegem Cunha e inundando membros da comissão de ética com telefonemas e mensagens diretas. E conseguimos! Eduardo Cunha foi forçado a renunciar e impedido de concorrer a um cargo por oito anos. Pouco depois, ele foi preso!

⁸ Disponível em: <<https://secure.avaaz.org/page/po/highlights/>>. Acesso em: 23 mar. 2018

A organização também atuou nas manifestações de 2013, nos protestos a favor - e também contra- o impeachment da Presidenta Dilma e em vários outros assuntos políticos, ambientais e sociais do país e do mundo. Ao todo, foram 301 mil petições e mais 2.790 campanhas. Castañeda (2015, p. 32) comenta que:

A Avaaz fabrica campanhas sobre um leque amplo de temáticas, compreendendo meio ambiente e biodiversidade; direitos humanos; democracia; ações contra a corrupção; as corporações; as guerras; a pobreza e a desigualdade. É sobretudo através dessas campanhas que a Avaaz consegue projetar sua atuação em diferentes escalas, configurando redes sociotécnicas que articulam ferramentas da internet, os ativistas que trabalham para a organização e um conjunto heterogêneo de membros, ou seja, de indivíduos de diferentes países mobilizados com a internet. Esta forma de organização, tendo a composição de campanhas como elemento central, permite à Avaaz exercer múltiplas formas de conexão e associação entre esses diferentes elementos em seu dia a dia.

Tendo em vista a facilidade e a disposição das petições, pode se considerar este como um novo tipo de ativismo e que, diferente do tradicional, não precisa de recursos financeiros, nem experiência presencial, basta que os interessados tirem um minuto do seu tempo na internet para assinar e compartilhar com seus amigos virtuais. (CASTAÑEDA, 2015).

Vemos, com isso, que a forma de participação política tem se transformado com o passar do tempo e que, com o avanço tecnológico, dá para todos que acessam à internet participarem, de alguma forma, do processo político do país. Além disso, o modo da população se informar saiu do monopólio da grande mídia e se popularizou entre os usuários das redes sociais. (CASTAÑEDA, 2014).

O que fica em cheque é o significado que as petições online têm, quando comparadas as manifestações presenciais. Como visto, apesar dos protestos online, em vários dos casos citados na atualidade foi necessário um ato presencial para que o objeto peticionado fosse alcançado. Talvez isso mostre que, quando comparadas as formas de protestos, o presencial ainda tem maior credibilidade e influência. Mas, apesar disso, como afirma Castañeda (2014, p. 21), dá para se imaginar que daqui a alguns anos que a internet domine as formas de mobilizações, porque:

As subculturas ativistas online e grupos políticos materializam um espaço vital de oposição política e cultural, tanto que uma grande quantidade de indivíduos e grupos tem utilizado as tecnologias emergentes para ajudar a produzir relações sociais criativas e formas de possibilidade política democrática. Desta forma, a internet abre

possibilidades para o desenvolvimento de uma economia simbólica alternativa aos meios de comunicação de massa, com formas próprias de cultura e política, bem como com instrumentos específicos de luta política.

4. Aspectos metodológicos

70 pessoas responderam a um questionário, aplicado via redes sociais, sobre o seu engajamento político pessoal. Entre elas, jovens universitários, moradores da zona leste, e que, em algum momento, assinaram uma petição online no Portal Avaaz e, posteriormente, a compartilhou em sua página no Facebook. Dentro desse enquadramento, para resolver as questões levantadas anteriormente pelo projeto de pesquisa, foram usadas diversas técnicas de metodologia científica para fazer uma análise mais profunda sobre esse público.

Para esta pesquisa qualitativa, optamos pela pesquisa exploratória, cujo objetivo foi proporcionar maior familiaridade com o problema de pesquisa para torná-lo ainda mais explícito. Como de costume, no tipo adotado envolveu-se: levantamento bibliográfico, observação sistemática e aplicação de questionários. (GIL, 2008).

Segundo Alves Mazzotti e Gewandsznajder (1999, p.161), o principal objetivo do período exploratório é “proporcionar, através da imersão do pesquisador no contexto, uma visão geral do problema considerado, contribuindo para a focalização das questões e a identificação de informantes e outras fontes de dados”. Sendo assim, julgamos pertinente conhecer os diferentes membros do Portal Avaaz a partir de um questionário virtual realizado junto aos mesmos. O critério de seleção do universo relacionado à comunidade virtual ocorreu por meio da amostragem não probabilística e por acessibilidade, ou seja, facilidade de acesso.

5. Aspectos teóricos

O processo tecnológico continua avançando sempre. Quanto mais acessível, mais popular a internet fica. Aliado a isso, a polarização rompeu com a passividade do internauta e o tornou parte integrante da comunicação digital. E isso os tornou "usuários" que, fazendo uma comparação com processos comunicacionais antigos, têm como maior referência, hoje, a participação constante do espectador no processo. (BRAVO; COSLADO, 2012).

As redes sociais foram se adaptando a essa necessidade do usuário. No caso do Facebook, a cada acesso ao site, o usuário é indagado sobre o que ele está pensando. Com a resposta, o usuário interage com a rede, e isso o faz se sentir parte do sistema, ao mesmo tempo em que sua postagem se mistura as de outras centenas de usuários pelo feed de notícias.

Essa interação não é somente entretenimento. No mesmo momento em que um usuário usa um tempo livre para fazer postagens, ele coloca uma parte do seu ‘eu’ ali e se expõe. Conforme Bauman, a pergunta da rede não é para saber os nossos anseios ao acessá-la, pelo contrário: o que nós e todos os nossos iguais são levados a compreender é que a única coisa que importa é saber e contar aos demais o que estamos fazendo - neste momento ou em qualquer outro; o que importa é "ser visto". Não tem importância alguma saber por que fazemos tal coisa, o que estamos pensando, desejando, sonhando, o que nos alegra ou entristece quando a fazemos. (BAUMAN, 2011, p. 27).

O autor discorre que a famosa frase "Penso, logo existo", de René Descartes, com as redes sociais digitais, foi substituída por "Sou visto, logo existo", que é mais adaptável à geração atual. Ainda segundo ele, quanto mais pessoas podem escolher me ver, mais convincente é a prova de que estou aqui. Nesse cenário, há uma disputa no que se refere a aparecer perante aos seus amigos virtuais, pois, as redes sociais são como magazines, as quais na capas só estão as celebridades ou os mais conhecidos e, nesse caso, quanto mais visto na rede, mais conhecido. (BAUMAN, 2011, p. 26-30)

O número de adesões às petições online, comparado ao número de pessoas que se mobilizam para manifestações presenciais nos faz avaliar o grau de profundidade em que as pessoas se engajam por uma determinada campanha, seja ela política, social ou econômica. Como exemplo, as manifestações de 2013 em que, mesmo com um número muito maior de assinaturas, nas ruas, de fato, tinha cerca de 1,5 milhão de pessoas. Isso pode evidenciar que muitos dos "ativistas virtuais", geralmente, mostram seu apoio virtual às campanhas, mas mesmo podendo não se mobilizam presencialmente. Nesse sentido, algumas questões ficam em xeque, como o uso da política como forma de autopromoção nas redes sociais.

As redes sociais deram asas para o tão sonhado “quinze minutos de fama” falado por Andy Warhol. Ali, a qualquer momento, por uma postagem, um usuário pode ficar famoso, através de compartilhamentos irrestritos que a rede permite. Muitas pessoas até

o alcançam, mas não da forma como queriam, por isso sentem a necessidade de fazer mais para, então, encontrarem mais tempo de exposição na rede. (CID, 2006).

Levando isso em conta, há de se pensar em até que ponto as pessoas correm atrás do sucesso nas redes, chegando até a construir imagens virtuais. Aparici (2012, p. 29) afirma que, de certo modo, cada cibernauta realiza e desenvolve uma teatralização de sua própria existência ou do grupo a que pertence. São exibidas qualidades reais ou inventadas, é criada uma segunda ou terceira vida e, como nos falsos documentários, transforma-se em ficção à própria vida. É, ao mesmo tempo, documento e ficção que pertence a toda uma comunidade virtual. Os usuários agora possuem os meios e se apropriam de uma parte do ciberespaço para autopromoção, transformando a comunicação em um ato muitas vezes narcisista.

O ativismo político pode ser mais uma das ferramentas que muitos internautas usam para construir uma imagem politizada na internet e, assim, ganhar mais curtidas, na tentativa de ser mais visto na internet. Na pesquisa aplicada para este relatório, via plataforma Google, foi constatado que muitos usuários, de fato, compartilham petições do Portal Avaaz para “mostrar interesse pelo assunto em questão” aos seus amigos. Fazendo um comparativo, quando perguntados se um dos outros motivos para o compartilhamento era a “ajuda na divulgação da causa”, o número de respostas positivas foi menor do que para a indagação anterior.

6. Conclusão

Neste trabalho, algumas questões suscitaram debates políticos e sociais de grande relevância, tais como a participação e o engajamento do jovem no cenário político nacional, assim como a vivência política no contexto digital e sua legitimidade. Com isso, este trabalho evidenciou que apesar de os portais de petições se mostrarem valorosos à amplificação das vozes de uma juventude marcada por uma ditadura recente, constatou-se que a vivência política não pode e não deve se esgotar na virtualidade, afinal há aspectos que não podem ser negociados e/ou vivenciados no âmbito da mediação tecnológica.

Também ficou claro que muitos não se engajam, de fato, pelas causas peticionadas. Quando há empenho, além de petições virtuais, os usuários fazem questão de ir às manifestações presenciais, como visto nas manifestações de 2013.

7. Referências

BAUMAN, Zygmunt. **44 cartas do mundo líquido moderno**: Como fazem os pássaros. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Tradução Vera Pereira.

BRAVO, Cesar Bernar; COSLADO, Ángel Barbas. **Uma geração de usuários da mídia digital**. In: APARICI, Roberto (Org.). Conectados no ciberespaço. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 117-144. Tradução Luciano Menezes Reis.

BUCCI, Eugênio. **A forma bruta dos protestos**: Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 176 p.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASTAÑEDA, Marcelo. **Ação coletiva com a internet**: reflexões a partir da Avaaz. 2014.

CASTAÑEDA, Marcelo. **Mobilização política por e-mail**: uma análise da Avaaz como atorrede. *Compólitica*, [s.l.], v. 5, n. 1, p.31-56, 19 set. 2015.

COSTELLA, Antonio F. **Comunicação-do grito ao satélite**. 5. ed. Campos do Jordão, Sp: Mantiqueira, 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves (2007). **Diretas-Já**: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 409-427

FELICE, Massimo di (Ed.). **Do público para as redes**: A comunicação digital e as novas formas de participação social. São Paulo: Difusão, 2008.

FISHLOW, Albert. *O novo Brasil: As conquistas políticas, econômicas, sociais e nas relações internacionais*. São Paulo: Saint Paul, 2011.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013**: novíssimos sujeitos em cena. *Revista Diálogo Educacional*, [s.l.], v. 16, n. 255, p.125-146, 2016.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: Uma interpretação*. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.

PRIMO, Alex. **O aspecto relacional das interações na Web 2.0**. 2007.

SAKAMOTO, Leonardo. **Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas**. In: VAINER, Carlos et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/carta Maior, 2013. p. 95-105.

SANTOS, José Erimar dos; SANTOS, Valmaria Lemos da Costa. **Geografia dos protestos e meio comunicacional**: redes sociais digitais e manifestações populares. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Natal, Rn, v. 2, n. 2, p.07-28, 2013.

TERRON, Sonia Luiza; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **As bases eleitorais de Lula e do PT**: do distanciamento ao divórcio. *Opinião Pública*, Campinas, Sp, v. 16, n. 2, p.310-337, nov. 2010.